

A Revolução Cultural Chinesa Impressa: o uso do Jornal do Brasil como fonte em sala de aula

**The Great Proletarian Cultural Revolution Printed: the use
of the Jornal do Brasil as a source in the classroom**

*Beatriz Martins de Oliveira*¹

*Victor Henrique Diana da Silva*²

¹ Beatriz Martins de Oliveira é Graduada do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: biaoli2016@hotmail.com

² Victor Henrique Diana da Silva é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bacharel e licenciado em História pela mesma Instituição. E-mail: victorhenrique.rp@hotmail.com

RESUMO

O uso da imprensa em sala de aula tornou-se frequente na disciplina de História. No universo que compreende a imprensa, a utilização do jornal como recurso didático exige o cuidado de considerá-lo não apenas como ilustração para o conteúdo, mas fundamentalmente, como narrativa produzida nas relações de poder que perpassam sua produção e circulação. Sendo assim, a partir de leituras de matérias do *Jornal do Brasil*, entre as décadas de 1960 e 1970, serão analisadas as matérias sobre a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), para propor reflexões sobre leituras críticas e distanciadas do tema tal como tratado pelo jornal, ou seja, como pode ser empreendido em sala de aula. Com esse trabalho, pretende-se uma abordagem acerca do uso de fonte impressa no Ensino Médio, analisando sua dificuldade e as possibilidades de superá-las, levando em consideração que o jornal não é isento ideologicamente, mas assume um ponto de vista e uma posição política sobre questões do seu tempo. Este trabalho é resultado dos trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de Ensino de História no curso de graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia.

PALAVRAS-CHAVES: Revolução Cultural Chinesa – Imprensa – Ensino de História.

ABSTRACT

The use of the press in the classroom has become frequent in the discipline of History. In the universe that comprises the press, the use of the newspaper as didactic resource requires the care to consider it not only as an illustration for the content, but fundamentally, as a narrative produced in the power relations that permeate its production and circulation. Thus, from readings of articles of the *Jornal do Brasil*, between the 1960s and 1970s, the articles on the Chinese Cultural Revolution (1966-1976) were analyzed, to propose reflections on critical and distanced readings of the theme as treated by the newspaper, that is, how it can be undertaken in the classroom. With this work, we intend an approach about the use of printed source in high school, analyzing their difficulty and the possibilities of overcoming them, taking into account that the newspaper is not ideologically exempt, but takes a political point of view and a political position on issues of his time. This article was the result of the work developed in the disciplines of History Teaching, in the history degree of the Federal University of Uberlândia.

KEY WORDS: Great Proletarian Cultural Revolution – Press – Teaching history.

Vários temas são levados e discutidos nas aulas de história das escolas brasileiras. Assuntos importantes, mas que, se limitam apenas à visão de mundo ocidental, deixando à margem o que ocorreu numa cultura milenar, podendo suscitar inquietações. Nessa perspectiva, detectando falhas nas nossas próprias experiências escolares no Ensino Médio, decidimos tomar como ponto de investigação a Revolução Cultural Chinesa (1966 – 1976), numa tentativa de suprir tais necessidades e também gerar novos debates acerca do tema.

A partir disso, utilizou-se como fonte neste trabalho o *Jornal do Brasil* entre os anos de 1966 e 1972, na busca pela inserção da imprensa escrita como fonte nas salas de aula, sendo também um recurso didático para os professores. Ainda que este não represente uma diferente visão de mundo do tema, ou seja, uma visão “orientalizada” da questão, adentrar nesse ponto não é nosso objetivo com este artigo. Mas sim, propor discussões e leituras críticas, distanciadas, refletir como o jornal pode ser empreendido em aula.

A metodologia que empregaremos para sustentar nossa argumentação é baseada principalmente na historiadora Tânia de Luca, com o texto *História dos, nos e por meio dos periódicos* (2008). Deve-se encarar, segundo a autora, o jornal como algo específico em um determinado espaço de tempo, representando interesses – de quem o financia ou o produz – assim, tudo o que está impresso nas páginas da imprensa é determinado por certos interesses. A análise do discurso feita pelo historiador deve dar conta dessas intenções (LUCA, 2008, p. 139). Desse modo, buscaremos levar tais análises para a sala de aula, convidando o aluno a realizar uma leitura crítica do jornal, estimulando debates a partir de então.

Este trabalho ainda ressalta a importância do tema da Revolução Cultural Chinesa (entendida em meio ao processo revolucionário comunista chinês) estar

mais presente em sala. Trazer para os debates do nosso mundo ocidental as questões e histórias do universo oriental. Edward Said é um pensador que busca entender o que é ser oriental e ser ocidental. Na verdade, segundo o que Said levanta em *Orientalismo – o oriente como invenção do ocidente* (1990, pp. 13-39), de forma geral, a definição de oriental passa pelo o que os ocidentais dela internalizaram e, em certa medida, criaram para si. Ser ocidental é ser europeu, das potências centrais, como Alemanha, França e Inglaterra – aí reservada suas respectivas diferenças culturais, mas ainda sim de culturas consideradas superiores às outras. Essas outras são aquelas que estão à margem da Europa, ou seja, o próprio oriente. Por isso oriental é uma gama muito grande, que abarca desde os egípcios, até os chineses, passando por árabes, persas, indianos, etc. Nesse trabalho, podemos pensar o oriental a partir dos estudos orientalistas, que buscam de forma acadêmica compreender o universo que não o europeu.

Raymond Williams ainda, no verbete “Occidental”, do dicionário *Palabras Claves. Un vocabulario de la cultura y la sociedad*³, lembra que essa divisão de mundo é antiga, desde o Império Romano. Porém, ao pensar no contexto da Guerra Fria, tal divisão foi atualizada e queria dizer que os ocidentais são “las sociedades de libre empresa o capitalistas, y especialmente a sua alianzas políticas y militares”, ao passo que os orientais “a las sociedades socialistas o comunistas” (WILLIAMS, 2003, p. 243).

O uso do jornal como meio para discussão se mostra de notável valor, já que busca uma nova forma de abordagem, indo além de métodos tradicionais – conversando, por exemplo, com a chamada Pedagogia Progressista, discutido pelo autor Carlos Luckesi (1994, pp. 53-74). Nessa perspectiva pedagógica, cria-

³ A versão utilizada de *Palabras clave. Um vocabulário de la cultura y la sociedade* foi em espanhol, e os breves trechos foram mantidos conforme a grafia da língua empregada no livro.

se o estímulo ao pensamento crítico, a fim de se ter alunos que se tornaram cidadãos de fatos ativos em sociedade. A Pedagogia Progressista busca novas formas e maneiras de inovar o papel da escola; novos conteúdos e métodos de ensino, a relação entre alunos e professores, pressupostos de aprendizagem e manifestações na prática escolar do dia-a-dia.

Para além disso, é importante ressaltar que o artigo é um desdobramento dos trabalhos que foram realizados em disciplinas de ensino de História, no curso de História⁴, na Universidade Federal de Uberlândia. A proposta foi o uso da imprensa para a abordagem de conteúdo, como recurso didático.

1 A Revolução Cultural Chinesa: um contexto histórico

A Revolução Cultural Chinesa foi um momento importante da China Socialista do século XX e se inseriu num contexto histórico mais amplo. Pode-se entendê-la ao buscar os primeiros passos dos movimentos de cunho socialista na China, que datam no início do século XX, ou até mesmo no Ocidente, em meados do século XIX.

A Primavera dos Povos, em 1848 é o despertar de uma classe operária que se via à margem dos movimentos políticos de seus países. Instaura-se então greves e insurreições na tentativa de dar voz a essa classe social. Eric Hobsbawm, em *A Era do Capital* (1975), evidenciou que apesar de efêmera, tal movimento político representou o início da consciência de classe do operariado pelo mundo europeu ocidental. O mundo veria na Revolução Russa de 1917 o apogeu da revolta da classe operária e sua subsequente tomada de poder.

⁴ Sendo elas: Projeto Integrado de Práticas Educativas III (PIPE III) e Seminário de Práticas Educativas. Do terceiro e quarto período do curso de História UFU, respectivamente. Ambas se enquadram num conjunto de disciplinas que refletem sobre os estudos históricos aliados às teorias e práticas de ensino ao longo de dois anos dentro do curso.

No entanto, até a data de 1911, a China era um grande império do Oriente. Daniel Reis Filho, em seu texto *A construção do Socialismo* (1982), mostra como ocorreu o processo pelo qual a China se transformou numa República (1911) e, posteriormente, na República Popular da China (1949). Dessa maneira, o autor amplia a visão sobre a Revolução Comunista, percorrendo do Império à República Comunista.

O Império, sob a Dinastia Qing, no âmbito interno, servia ao seu povo exploração, seja por altos tributos ou trabalhos gratuitos aos grandes donos de terras. No âmbito internacional, o imperialismo na transição do século XIX para o XX fazia do território chinês uma colcha de retalhos, atacado por todos os lados: Alemanha e Inglaterra a oeste, França ao leste, Rússia ao norte e, principalmente, o Japão na costa nordeste da China, cujas invasões desempenhará um papel importante também na década de 1940 (REIS FILHO, 1981, p. 14).

Dessa forma, o uso da mão de obra barata, a ampliação do mercado consumidor e o uso dos recursos naturais pelo Ocidente geraram uma infiltração na cultura milenar chinesa, forçando abertura de sua terra para novas ideias que rondavam o Ocidente. Dentre elas está a crítica ao Confucionismo, que é uma ideologia do Império chinês, que prega o respeito à hierarquia, ufanismo e preservação do campesinato e suas formas de organização social estabelecida – a aldeia, o clã e a família (REIS FILHO, 1981, p. 14), e o flerte com Marx, o marxismo e o comunismo, em grupos da sociedade chinesa.

O movimento Republicano surgiu em 1894 e ganhou força com ideias de unificação do território, expulsão das forças imperialista e destituição do Império. Proclamou-se então a república em 1911, após o Império já estar em um penoso descrédito por não controlar o avanço estrangeiro. No entanto, os

conflitos internos, com a proclamação da república se aprofundaram e se estenderam por pelo menos mais três décadas.

Formaram-se dois grupos políticos de destaque na China: os Nacionalistas, do governo instaurado com a República e os comunistas, do Partido Comunista Chinês (PCC). Hobsbawn alerta, porém, que ambos têm a mesma origem e objetivos iniciais com a república: eram anti-imperialistas, eram liderados por uma elite educada e eram sediados no sul (HOBSBAWM, 2009, pp. 449-450).

Mesmo com as promessas de controle do próprio território, os Nacionalistas liderados por Sun Yat-sen e, depois da sua morte, por Chiang Kai-shek, não conseguiram tal feito. A perseguição aos comunistas nas principais cidades do sul e sudeste da China os forçaram a uma caminhada longa pelo interior do país, o que possibilitou a propagação de sua ideologia, a chamada Grande Marcha, em 1935. A pregação de respeito aos camponeses e às mulheres, a reforma agrária, comunitarismo e igualdade criaram uma população rural condizente com as ideias comunistas.

As intensas investidas do Japão sobre o território chinês fizeram o governo nacionalista unir forças com os comunistas de Mao Tsé-tung, a principal figura do comunismo chinês. Ao fim da Segunda Guerra, os chineses derrotaram o Japão. Após isso, a China mergulha numa guerra civil, que levaria à vitória da China Vermelha (comunista). Foi então que os Nacionalistas foram forçados a se retirarem para Taiwan.

Instaurou-se uma aparente paz ao novo cenário implantado na declarada República Popular da China, a partir de 1949. Mas internacionalmente, o PCC vai se distanciando dos soviéticos, enquanto internamente as buscas de um modelo comunista adequando às realidades chinesas vai gerando tropeços para o novo regime. De 1957 a 1959 o maior erro faria Mao Tsé-tung repensar o

governo: o Grande Salto para Frente. Este, por sua vez, seria um modelo econômico que visava a reafirmação dos camponeses como principal classe revolucionária. A criação de Comunas⁵ no campo e o nivelamento de valor dos trabalhos manuais ao mesmo nível dos trabalhos intelectuais, geraram uma grave crise econômica e social – a fome se instalou no país. Até que então as bases desse programa foram afrouxadas, com permissão para pequenas empresas privadas.

Foi então que a Revolução Cultural emergiu. Ela foi a busca por uma retomada de um rumo para a sociedade chinesa. Mao via nas massas o meio de combate ao aburguesamento, libertando o povo chinês dos “Quatro Velhos” (velhos hábitos, cultura, ideias e costumes) ligando-os às formas ocidentalizadas de viver.

John King Fairbank e Merle Goldman, historiadores estadunidenses, na obra *China – uma nova história* (2008) dividem a Revolução Cultural em quatro fases: 1) o início fora dado pelo próprio governo chinês, que prendeu um professor, o qual estaria associado a uma peça. Tal peça falava a respeito de um imperador que abusava do poder: possível alusão a Mao Tsé-tung. A partir de então, começou a captura e expulsão de capitalistas do PCC; 2) A segunda fase foi o ganho de apoio da população; 3) Passando para a terceira, que foi a intensificação das expulsões e acusações de traição no partido; 4) Por fim, em 1969, formou-se um novo Estado, a partir do IX Congresso do Partido Comunista Chinês, quando reafirmaram as ideias da Revolução Cultural e expulsaram os revisionistas e capitalistas, promovendo assim o fortalecimento do partido.

⁵ As Comunas foram a principal característica do Grande Salto para Frente, no qual organizou-se latifúndios em áreas coletivas rurais.

Mao com suas ideias, expressas no chamado livro vermelho, representou-se com mentor desse movimento que tomaria conta da população estudantil. A educação chinesa foi a base da crítica da Revolução Cultural, a qual deveria formar intelectuais, mas também exaltar o trabalho manual, principalmente do campo. No entanto, o movimento sairia do controle do PCC, ganhando autonomia, levando até mesmo a perseguições contra quem fossem acusados de pertencer ao partido Nacionalista. Além disso, contradições, como a abertura de diálogo com os Estados Unidos da América em contexto de Guerra Fria, reafirmando o distanciamento da União Soviética, geraram conflitos internos no partido.

A Revolução Cultural pode ser delimitada entre 1966 e 1969, período no qual as atividades rebeldes estudantis agiram de forma frenética pelo país. Mas, pode-se incluir também o período de 1969 a 1976, que correspondem aos últimos anos de Mao no poder até sua morte. Nesse momento, aqueles que mobilizaram a Revolução Cultural ainda mantinham altos cargos no governo comunista, até a chegada ao poder de Deng Xiaoping, com reformas e abertura do mercado chinês.

2 Conhecendo a fonte: a trajetória do Jornal do Brasil

No dia 09 de abril do ano de 1891 foi fundado um dos jornais mais antigos do nosso país, o *Jornal do Brasil*. Fundado pelo jornalista Rodolfo de Souza Dantas, o recém-criado periódico buscava uma longevidade de seus números, objetivo que foi de fato alcançado, já que ainda se encontra em circulação nacional. Formado em um contexto histórico muito importante do nosso país, a estruturação da República, o jornal apresentou-se inicialmente de cunho monarquista, mas logo teve de se adaptar ao novo regime, para assim se

manter em circulação e não sofrer repressão por parte do recente governo (FONSECA, 2008, pp. 23-25), mostrando certa prudência em relação a sua ideologia, e uma visão capitalista do que almejava se tornar.

O jornal buscou ter uma postura relativamente inovadora com o modo de se produzir e divulgar as informações, e modernizou vários aspectos do modo de se fazer e pensar o jornalismo. Primeiramente mudou a maneira de como distribuir seus exemplares, passando a usar as carroças, que facilitariam o acesso da população ao periódico. Inovou ainda ao ser um dos primeiros jornais brasileiros a empregar cores e caricaturas em suas páginas (BARROS; SPANNENBERG, 2015, p.3). Nos anos iniciais de sua criação buscou sempre trazer notícias de diversas regiões do país, divulgando assim a cultura regional em âmbito nacional. Dessa forma, adquiriu um caráter popular, como nos aponta Letícia Fonseca (2008, p.31). Recentemente, o jornal transformou-se em mídia digital, tendo criado seu site no ano 1995, e – hoje – circulando unicamente por esse meio, abandonando a forma impressa desde o ano de 2010.

Devemos notar assim, que o *Jornal do Brasil* é um dos mais influentes em nosso país, que buscou se reinventar e divulgar suas notícias para um público cada vez mais amplo. Deve-se notar também, que o jornal – assim como tudo que circula em nossa sociedade – possuiu uma gama de ideias que se refletem em seus discursos. Sendo assim, não se deve tomá-lo como imparcial ou neutro, mas sim carregado de princípios e valores. Tais noções até aqui apresentadas são importantes para a análise da relação entre fontes impressas e seu uso em sala de aula. Elas serão melhor discutidas adiante no trabalho, no momento em que se analisou os recortes selecionados do periódico, compreendendo quais as relações deste com o momento histórico que o Brasil vivenciava no contexto da Revolução Cultural Chinesa. Período este em que o país passava pela Ditadura Civil-Militar, que interferiu, diretamente, na liberdade de expressão dos jornais,

limitando e censurando o que poderia ou não ser publicado. Assim, a análise que será realizada em sequência também focará nessa problemática.

3 Metodologia e o uso do jornal nas salas de aula

Atualmente no Brasil, o recurso mais utilizado por professores para ensinar seus alunos é o livro didático. Como aponta a professora Circe Bittencourt, “[...] o livro didático é, ainda hoje, a principal ferramenta de professores e alunos, e ainda é o principal referencial educativo.” (EBC, 2013). Segundo a reportagem do portal estatal EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, cerca de 98% dos docentes que ministram aulas na rede pública de ensino baseiam suas aulas no recurso pedagógico do livro didático.

De fato, tal produto é importante para alunos e professores. Contudo, as ferramentas utilizadas em classe não devem se limitar apenas ao seu uso. Devem-se se pautar por novas formas de trabalhar os conteúdos programáticos, que ajudam tanto educadores quanto educandos a estruturarem uma aula mais dinâmica. Nesse sentido, a inserção do uso da fonte impressa em aula pode contribuir para a aprendizagem de jovens da rede pública e privada de ensino.

Buscou-se jornais do período quando ocorreu a transformação na sociedade chinesa descrita anteriormente, através do site da Hemeroteca Digital. Ao realizar o levantamento, pôde se notar que o jornal que mais se destacou, ao associar no buscador o tema da Revolução Cultural Chinesa, foi o *Jornal do Brasil*, com cerca de 97 ocorrências. Ainda no período, as notícias que se encontraram ocorreram entre os anos de 1966 e 1972. Essa que é uma breve pesquisa, possível de ser realizada por qualquer docente, sendo assim uma outra forma de adquirir facilmente material para uma aula.

Mas antes de se trabalhar com imprensa em uma escola, voltado para o ensino de crianças e jovens, o professor deve ter em mente uma boa noção sobre como lidar com essa metodologia, que exige cuidados específicos. Como nos mostra Bittencourt, o docente deve ter um roteiro de pontos que deve abordar e criticar ao fazer uso dessa ferramenta. Lembrar-se, por exemplo, do caráter mercantil da imprensa, entendendo que o jornal é feito para venda e consumo, com objetivo capitalista (BITTENCOURT, 2004, p. 336), como é o caso do *Jornal do Brasil*, que – como dito anteriormente – possui um forte apelo popular e mercantil, com um grande número de circulação.

Começamos, pois, com a edição do jornal de 2 de setembro de 1966 (Figura 1). Nele, temos uma carta de um leitor enviada ao jornal, comentando sobre a Revolução Cultural Chinesa. O leitor do jornal compara o regime que

Figura 1 – Jornal do Brasil, em destaque a carta do leitor sobre a Revolução Chinesa



Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, nº 206, p. 6, 2 de setembro de 1966.
Acervo: Hemeroteca Digital

vigora na China durante o período com o totalitarismo nazista, dos anos 30 e 40 do século XX, chegando a fazer referências ao apocalipse citado em profecias Nostradamus. O discurso do leitor é carregado de pessimismo e também medo, em relação ao regime comunista.

Em outra edição, do dia 13 de agosto de 1967 (Figura 2), na primeira coluna da página 51 temos uma notícia – advinda do jornal inglês *The Economist* – sobre a ameaça que a Revolução Cultural Chinesa poderia significar para vários países, como o Japão. No decorrer do texto percebemos, novamente, um tom de pessimismo na fala do autor, e também de temor em relação ao que representa o regime de Mao. Para o escritor da notícia, este é “[...] um homem

Figura 2 – Jornal do Brasil, em destaque a coluna reproduzida do *The Economist*



Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, nº 110 – caderno especial, p. 5, 13 de agosto de 1967. Acervo: Hemeroteca Digital

impulsionado por um ideal apocalíptico de revolução.” (JORNAL DO BRASIL, p. 5, 13 agosto 1967). Em sua fala, fica claro como o autor vê a revolução e os seus desdobramentos no mundo, tratando os acontecimentos chineses como a própria definição de apocalipse.

A seguinte notícia é dos dias 12 e 13 de março ano de 1972, de edição única (Figura 3). Em página inteira do jornal, é falado sobre a educação na China, após a chegada de Mao Tsé-Tung ao poder. Nessa podemos perceber uma perspectiva bem diferente das outras duas notícias citadas acima. Há um tom otimista, que até valoriza a Revolução, que segundo o autor, focou no setor educacional do país, realizando grandes avanços. De acordo com este, a educação almejada por Mao Tsé-Tung é “voltada para a vida prática” (JORNAL DO BRASIL, p. 4. 12 mar 1972) e não possuindo uma acentuada rigidez. Uma educação focada em desenvolver aspectos criativos e a coletividade.

Figura 3 – Jornal do Brasil, página sobre educação chinesa no período da Revolução Cultural



Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, nº 287, p. 4, 12 e 13 de março de 1972.
Acervo: Hemeroteca Digital

Na análise das três notícias acima, vemos um tom pessimista e receoso em duas delas; enquanto a última traz uma perspectiva totalmente contrária. Um professor ao trabalhar com essas notícias em sala de aula deve se ater às palavras e às ideologias defendidas em cada uma delas, os discursos que trazem consigo, além do que está explícito. “Entende-se que o professor deve tratar o jornal como fonte para ser analisada, não incorporada. É necessário questioná-lo, saber como é feito.” (SILVA, 2003, p. 103). Não podemos tratar o que é escrito no jornal com uma verdade absoluta, devemos criticá-lo e entender que os periódicos são produtos de uma sociedade capitalista. E, para além disso, também são carregados de visões e ideais que permeiam o contexto histórico de escrita das reportagens, como é o caso dos exemplares apresentados acima.

No momento em que tais notícias foram publicadas o Brasil passava pela Ditadura Civil-Militar, fato este que interfere diretamente no que é publicado nas páginas do *Jornal do Brasil*. De acordo com Eduardo Chammas, na dissertação *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*, o periódico aqui estudado possuía uma relação de apoio ao regime em vigência, desaprovando os movimentos trabalhistas e sociais que já eram defendido por João Goulart, nas vésperas do golpe acontecer (CHAMMAS, 2012, p. 35).

Dessa maneira, o jornal tinha ideais contrárias a alguns pontos cruciais da Revolução Chinesa, como a defesa dos trabalhadores, que para são vistas como “reformas radicais”. Assim sendo, pode-se notar “[...] que as posições do JB (*Jornal do Brasil*) eram efetivamente bem próximas do discurso dos militares.”

(CHAMMAS, 2012, p. 42), se mostrando mais adepto das ideias conservadoras da ditadura e do bloco capitalista da Guerra Fria⁶.

Para além dos pontos que foram tratados acima, outra questão que deve ser pensada pelo docente ao trabalhar com este tipo de fonte em sala de aula, que são os aspectos técnicos com que o jornal foi produzido, a tecnologia usada, “[...] as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.” (LUCA, 2008, p. 132). Além disso, os professores devem sempre ter em mente que a imprensa é um espaço opinativo. Ou seja, um veículo de comunicação que não é neutro, mas sim ideológico, uma vez que está inserido em determinado contexto, e isso deve ser analisado.

Em seu artigo, Raquel Discini de Campos diz:

“[nos jornais] são esquadrihados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas e propagandas estampadas em páginas hoje amareladas [...]. E mais: são perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, se deram a ver o mundo, buscaram ensinar o outro a olhar este mundo de uma determinada maneira.” (CAMPOS, 2012, p. 62).

Com isso, podemos refletir sobre como a imprensa não produz apenas palavras e ideias com objetivo apenas de informar. Reforçando o argumento de Tânia de Luca, Raquel Campos aponta para o papel educador da imprensa. Dessa maneira, temos uma dualidade ao lidar com essa fonte em sala de aula:

⁶ O *Jornal do Brasil*, ao longo dos 21 anos de Ditadura no Brasil, passa a realizar crítica moderadas aos militares, como aponta Eduardo Chammas. Contudo, defendendo ainda a proposta elaborada pelo regime militar, considerando-a como uma “Revolução Democrática”, como ainda argumenta o autor.

utilizar um material no espaço da educação tradicional (sala de aula), ao mesmo tempo que tal material fora um dia fruto das relações econômicas, políticas e sociais, cujo objetivo também era educar – não aos modos e estruturas da escola, mas sim, educar corpos e mentes com as palavras ali impressas.

Outro ponto levantado por Luca são as escolhas das notícias que serão divulgadas, onde se encontram no periódico e o porquê. O motivo das reportagens sobre a Revolução Cultural Chinesa virem entre as páginas 4 e 6 dos exemplares podem nos mostrar como tal jornal brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 não dava tanta importância para os acontecimentos na China – seja de forma proposital ou não. Apesar do espaço que dão para a divulgação destas informações, o lugar escolhido aponta pouca relevância para o tema.

Esse fato por ser relacionado com o recorte do contexto histórico brasileiro aqui estudado, e que foi explicitado anteriormente – a Ditadura Militar. O país vivia uma forte repressão aos ideais que fugiam das noções pregadas pelos militares, com uma incisiva propaganda anticomunista disseminada pelo regime ditatorial que era, frequentemente, apoiado pelo *Jornal do Brasil*. E tanto ao que Luca, como Campo levantam para o debate de uso da imprensa como documento, dizem respeito ao contexto no qual está inserido tal ou qual periódico. Realizar assim, essa análise e compreensão do momento histórico é crucial para a melhor utilização da imprensa como fonte de saber crítico na Educação Básica.

Resgatando Said, um ponto importante a ser debatido, é refletir que o Oriente existe a partir daquilo que o Ocidente entende e interpreta por suas características ditas orientais. Os ocidentais constroem aquilo que Said chama de "representação" do Oriente (SAID, 1990, p. 33). Portanto, quando o *Jornal do Brasil* fala sobre China, o periódico está dizendo muito mais a respeito do próprio jornal e sua visão brasileira que se tem da China, do que propriamente

da China. Não se pode esquecer, então, como o jornal é um meio de comunicação formado por interesses e ações intencionadas em sociedade, seja ela política, econômica ou social.

Por fim, o que ainda se pode dizer é que todas essas interpretações que temos por China, chinês ou Oriente, reflete diretamente na forma de entendimento e ações em sociedade. É na cultura o lugar de reprodução e manutenção da política (no caso em questão, política anticomunista). Daí, é possível entender qual a posição do Brasil⁷, do jornal e os discursos produzidos a partir dali sobre China ou sobre qualquer outro assunto.

Todos estes itens devem ser analisados e criticados ao se trabalhar com os jornais em classe. Cabe ao professor estar preparado e situado sobre sua fonte e metodologia a ser utilizada.

4 Educação e estudo da História

Podemos concluir, primeiramente, que uma nova ferramenta didática na sala de aula deve ser trabalhada para cumprir uma das finalidades da História, que é a formação de cidadãos críticos na vida em sociedade. Mas, não só. Exige um trabalho a ser desenvolvido em torno de suas possibilidades de uso, indo além da aparência que é dada a priori, abrindo portas para instigar a investigação e o pensamento crítico dos estudantes.

⁷ Entendamos, nesse trabalho em específico, Brasil como ocidental devido, primeiramente, por sua posição geográfica, embora isso apenas seja insuficiente para classificá-lo como tal. Os dirigentes e imprensa brasileira ao longo da História, tentaram se aproximar dos ideais de civilização europeia e branca, portanto ocidental. Sobre isso, os trabalhos de Gladys Ribeiro (2002), Raquel Campos (2004), Marcelo Mahl (2001) e outros refletem quais ideias estavam empreendidas na construção da visão dos brasileiros sobre si mesmos, desde a independência política: liberdade, higienização, cientificismo, enfim, conceitos oriundos do que chamamos de Ocidente e estiveram em contato com a formação do projeto brasileiro de nação, ainda que tal classificação de Brasil como Ocidente possa ser muito debatido e questionado.

Inserindo essa nova forma de trabalhar jornais na sala de aula, o professor pode fazer com que suas aulas se tornem mais dinâmicas, extrapolando os conteúdos programáticos e disciplinas presentes nos livros didáticos, trazendo assim, novos debates para o âmbito escolar.

Dessa maneira, utilizando estes recursos históricos em sala de aula, o professor está incentivando que o aluno procure conhecimento e saberes que vão além daquele apresentado nos livros didáticos. Assim, o discente se torna um agente ativo e protagonista de seu próprio processo educativo, como nos mostra a Pedagogia Progressista citada anteriormente no texto, de modo que ele tenha uma maior autonomia para formular seus pensamentos críticos. Tornando assim, seu processo de educação uma via de mão dupla (discente e docente), em que o aluno não é apenas um receptáculo de conhecimento, mas sim, um formador deste.

O uso de jornais em sala de aula – e outras fontes históricas – como um documento para análise crítica e contextualizada (e não apenas de forma ilustrativa, como frequentemente ocorre), se mostra muito eficaz para colocar em prática essa forma de pedagogia que incentiva o aluno a ser figura central de seu processo de aprendizagem, tornando-se assim um sujeito mais crítico e pensante e – conseqüentemente, como afirma Luckesi – um cidadão mais ativo em sociedade.

Referências Bibliográficas

BARROS, Cindhi Vieira Belafonte; SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. In: **Encontro Nacional de História da Mídia**, 10, 2015, Porto Alegre. Anais digitais. UFRGS, 2015. Pp. 1-15. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros->

[nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/do-impreso-ao-digital-a-historia-do-jornal-do-brasil/view>](#). Acesso em: novembro 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 325-350.

CAMPOS, Raquel Discini de. **A “princesa do sertão” na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920**. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004. 185p.

_____. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não-pedagógica como fonte para a escrita da História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775>>

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Empresa Brasileira de Comunicação, online, 2013, 27 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2013/02/livro-didatico-ocupa-segundo-lugar-dentre-os-mais-lidos-no-brasil>>. Acesso em: novembro 2017.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. A Revolução Cultural, 1966-1976. In: **China – uma nova história**. L&PM: Porto Alegre, 2008. pp.352-371.

FONSECA, Letícia Preduce. História do Jornal do Brasil: concepção e trajetória até a primeira metade do século XX. In: _____. **A Construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica – RJ, Rio de Janeiro, 2008. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.11855>. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11855@1>>. Acesso em: novembro 2017.

HOBBSAWM, Eric. A primavera dos povos. In: _____. **A era do capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 29-46.

_____. Fim do socialismo. In: _____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 447-456.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1966, edição 206, 2 de setembro de 1966, p. 06. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/88977>. Acesso em: novembro de 2017.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1967, edição 110, 13 de agosto de 1967, p. 51. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/103412>. Acesso em: novembro de 2017.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1972, edição 287, 12 e 13 de março de 1972, p. 106. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52452>. Acesso em novembro de 2017.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.111-153.

LUCKESI, Carlos C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994, pp. 53-74.

MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias raciais e interpretação histórica: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)**. 2001. 180 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93337>>. Acesso em: outubro 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Ser português ou ser brasileiro? In: _____. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SAID, Edward W. Introdução. In: _____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 13-39.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. A utilização do jornal em sala de aula. **Nuances: estudos sobre Educação**. v. 9, n. 9/10, pp. 103-109, jan./jun. e jul./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v9i9/10.399> . Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/399>>. Acesso em: novembro 2017.

WILLIAMS, Raymond. Occidental. In: _____. **Palavras clave. Un vocabulario de la cultura y la sociedad**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003. P. 242-243.

Recebido em Outubro de 2020.

Aprovado em Setembro de 2020.